



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL PRÁTICAS DOCENTES
NO ENSINO FUNDAMENTAL**

**SURDEZ: Reflexões e
Possibilidades
GUIA ORIENTATIVO**

Texto do seu parágrafo

***MICHELLI ANALY DE LIMA ROSA
ABIGAIL MALAVASI***



**PRODUTO EDUCACIONAL
SANTOS**

2024

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Origem do Produto: Trabalho de Dissertação intitulado: A educação dos surdos e o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na prática docente no Ensino Fundamental na Prefeitura Municipal de Cubatão e desenvolvido no Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. **Orientadora:** Dr^a. Abigail Malavasi **Linha de pesquisa:** Inclusão, diversidade e práticas docentes no Ensino Fundamental. **Finalidade:** Colaborar com a inclusão do aluno surdo na sala de aula inclusiva do Ensino Fundamental. **Divulgação:** Em formato digital. **Cidade:** Santos – SP **Ano:** 2024 **Imagens:** Designed by Freepik **Diagramação:** Nátaly Caroline Mercez Cassiano

R788e ROSA, Michelli Analy de Lima

Guia orientativo: SURDEZ - reflexões e possibilidades / Michelli Analy, de Lima Rosa. – Santos, 2024.
34f.

Orientador: Abigail Malavasi
Produto Educacional da Dissertação (Mestrado Profissional),
Universidade Metropolitana de Santos, Mestrado Profissional em
Práticas Docentes no Ensino Fundamental, 2024.

1. Inclusão. 2. Práticas Docentes. 3. Libras. 4. Educação
5. Pessoa surda.
I. Título

CDD:371.912

Prezado leitor!

Desejo compartilhar com você o conteúdo deste Guia Orientativo. O material apresentado é constituído por observações e sugestões resultantes de investigação da práxis pedagógica realizada em uma escola da rede municipal de Cubatão. Este documento pretende convidá-lo para análise, reflexão e orientações a respeito da pessoa surda, indivíduo este responsável por toda a minha intenção e proposição de pesquisa, ressaltando a contribuição e a valorização das diferenças e o reconhecimento do potencial de cada pessoa.

O Guia Orientativo foi elaborado de acordo com diálogos realizados entre professores, por meio do grupo focal, que, diante de suas particularidades, oportunizaram novas reflexões e possibilidades de abordar o tema de maneira mais profunda no contexto real da prática.

Não pretendemos, neste espaço, dialogar apenas com leitores que conhecem a temática, mas, sim, contribuir para que, de alguma forma, aqueles que possuem interesse em conhecer esse tema tão relevante e necessário tenham a possibilidade de ampliar, por meio da pesquisa, um pouco mais de conhecimento!

Diante da necessidade de garantir de maneira plena e efetiva o direito do processo educacional da pessoa surda, precisamos estimular os ambientes educacionais de forma permanente, compartilhando ações, pensamentos e capacidades, em todos os sentidos.

Além disso, desejamos que este produto educacional seja uma troca de experiência e aprendizado, contribuindo para o enriquecimento de sua prática pedagógica.

A autora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE OS SURDOS	6
2.1	Contexto histórico da educação de surdos	6
2.2	As diferenças concepções da surdez	11
2.3	Inclusão e o processo de escolarização do surdo	15
2.4	Letramento na educação da pessoa surda	18
2.5	Cultura e Identidade surda	20
2.6	Libras - Comunicação para além dos sinais	22
3	ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR OUVINTE	25
4	REFLEXÕES	29
5	POSSIBILIDADES.....	30
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

O produto educacional Guia Orientativo - SURDEZ: Reflexões e Possibilidades, apresentado neste documento, é parte integrante da pesquisa de Mestrado Profissional intitulada “A Educação dos surdos e o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras) na prática docente no ensino fundamental da Prefeitura Municipal de Cubatão”. A pesquisa foi aprovada por meio do Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética - CEP de número: 6.428.777.

A finalidade deste guia não é atingir somente os processos de ensino, mas também expandir informações aos demais setores da escola com o intuito de permitir novas percepções e compreensões a respeito da pessoa surda. Nesse contexto, considerar o guia como um agente de transformação e informação no tocante a aspectos gerais da surdez possibilita a validação deste produto para a sociedade.

Para isto, fez-se necessário informar dados e estimativas tanto acerca do universo da pessoa surda, quanto do quantitativo da parcela dessa população. De acordo com o IBGE, mais de dez milhões de brasileiros são surdos. Nesse sentido, os dados apontam que cerca de 5% da população brasileira é composta de pessoas que apresentam algum grau de surdez, sendo que 2,7 milhões têm surdez profunda, isto é, não percebem som algum.

No âmbito da educação básica, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), por meio do Censo Escolar 2022 compilou informações relevantes¹. Dos 47,3 milhões de alunos da educação básica, 61.594 possuem alguma deficiência relacionada à surdez.

Na educação básica, um total de 1,5 milhão de alunos estão matriculados em turmas da educação especial devido a alguma deficiência. Esses alunos estão distribuídos entre turmas que possuem estudantes com e sem deficiência, bem como em turmas exclusivas para deficientes. Entre esses alunos, há aqueles que são surdos, possuem deficiência auditiva e são surdocegos, conforme explorado nas figuras abaixo.

¹ Disponível em: <https://acesse.one/caZwd>

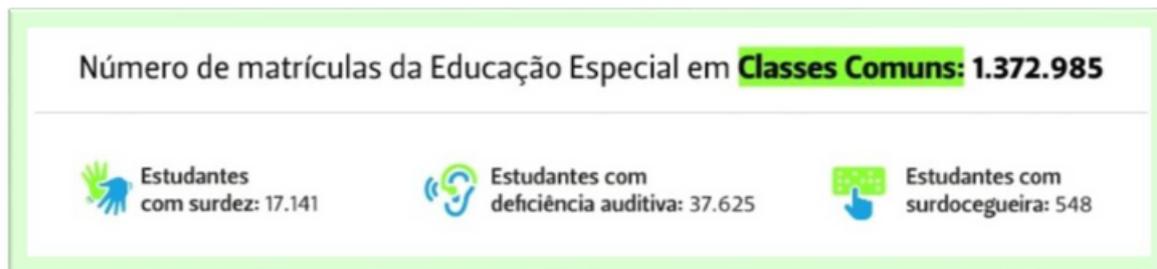


Figura 1 - Número de matriculados da Educação Especial em Classes Comuns
 Fonte: Censo Escolar 2022/Inep - <https://acesse.one/sT89B>

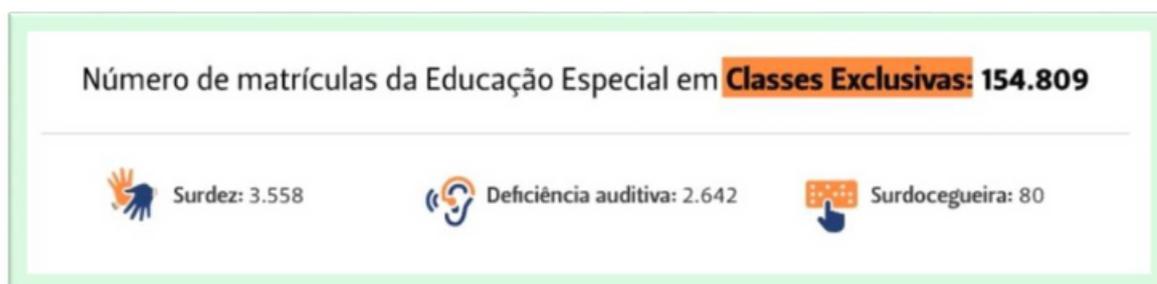


Figura 2 - Número de matriculados da Educação Especial em Classes Exclusivas
 Fonte: Censo Escolar 2022/Inep - <https://acesse.one/sT89B>

Diante do exposto apresentado, é importante conscientizar a sociedade sobre a importância da inclusão escolar, mostrando que todos têm um papel a desempenhar nesse processo. Para isso, é fundamental que todos tenham conhecimento sobre a realidade das pessoas surdas e estejam informados sobre as necessidades e desafios que elas enfrentam.

Esta pesquisa se justifica não apenas por dar destaque a esses indivíduos, mas também por buscar compreender a diversidade e a importância da inclusão.

Com os resultados da investigação e os recursos apresentados neste material, espera-se que o professor, em sua prática pedagógica vislumbre diversas maneiras de ensinar a pessoa surda, levando em consideração não apenas a Língua Brasileira de Sinais (Libras), mas também sua história, suas concepções, sua identidade e sua escolarização. Por fim, convido a todos a conhecer a pesquisa de intervenção completa, disponível na página do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES, por meio do [link https://mestrado-praticas-docentes-no-ensino-fundamental.unimes.br/dissertacoes-e-quadro-de-produtos/](https://mestrado-praticas-docentes-no-ensino-fundamental.unimes.br/dissertacoes-e-quadro-de-produtos/).

CONHECIMENTOS GERAIS SOBRE OS SURDOS

Para começarmos nosso bate-papo e exploração sobre a surdez, é essencial compreender que, para estabelecermos conexões eficazes com o outro, é fundamental conhecê-lo em profundidade, perceber suas preferências, opiniões e planos para o futuro. Dentro desse contexto, este produto visa guiá-lo, caro leitor, a iniciar esse processo de aprendizado sobre a pessoa surda, levando em consideração suas características únicas, história, cultura e língua, com o objetivo final de promover sua inclusão na escola regular.

Dessa forma, nossa jornada de exploração e conhecimento sobre a pessoa surda começará com um breve relato histórico sobre a surdez, a fim de entendermos sua trajetória. Em seguida, iremos dialogar sobre as diferentes concepções da surdez, inclusão e o processo de escolarização do surdo, além da cultura e identidade surda e da Libras como comunicação para além dos sinais.

Contexto histórico da educação de surdos

Para uma compreensão mais clara do atual cenário do ensino de surdos, é fundamental conhecer os eventos-chave que moldaram sua evolução ao longo da história. O ensino de surdos passou por diversas mudanças, avanços e retrocessos, demonstrando que sua trajetória não foi linear. Portanto, ainda há muitos desafios a serem superados.

O tema surdez envolve inevitavelmente abordar a diferença e a sensação de estranheza que ela provoca em nós. A sensação de estranheza surge ao nos depararmos com um universo desconhecido, um universo visual e espacial que nos intriga e nos atrai, mas ao mesmo tempo nos causa desconforto e nos afasta (Dalcin, 2005).

Ao longo da história os surdos foram vítimas de múltiplas concepções, algumas das quais reforçavam a rejeição e a discriminação partindo de um ideal biológico. Dentro desta ótica, Oliveira Lima e Ruckert (2020) apresentam uma relação histórica importante a ser conhecida:

Na fase inicial o surgimento do homem, quando a língua não era um fator de exclusão, as pessoas Surdas eram válidas e capazes de auxiliar nas tarefas da sociedade da época, mantendo suas relações através de gestos, o que destaca a naturalidade das comunicações manuais. (Oliveira Lima; Rückert, 2020, p. 2)

Nessa trajetória, é possível disponibilizar alguns contextos importantes ao leitor. A narrativa apresentada são fragmentos da história em diferentes olhares, desde a Antiguidade até a Idade Contemporânea.



CONTEXTO MUNDIAL

PERÍODO HISTÓRICO	REPRESENTAÇÕES	ONDE?
ANTIGUIDADE	Surdos narrados como seres inválidos, doentes. Condenados à morte por sua deficiência, eram lançados aos rios e precipícios.	Roma e Grécia
	Surdos eram considerados criaturas privilegiadas, enviadas pelos deuses. Eram adorados, mas tinham uma vida inativa e não eram educados.	Egito e Pérsia

Alguns filósofos da idade antiga como: Hipócrates, Heródoto, Sócrates e também Aristóteles tinham concepções e suposições acerca do surdo. Ora seres castigados pelos deuses, ora acreditava-se que como não falavam, não possuíam pensamento, tampouco linguagem. Traziam o conceito de surdo-mudo em suas passagens ao falarem da pessoa surda no contexto filosófico. (Perello; Tortosa, 1978, p. 5)

PERÍODO HISTÓRICO	REPRESENTAÇÕES	ONDE?
IDADE MÉDIA	Não eram dignos; queimados em fogueiras; eram objetos de curiosidade perante a sociedade; eram proibidos de comungar e receber heranças.	Europa

Por muito tempo os surdos foram vítimas de uma concepção equivocada que vinculava a surdez à falta de inteligência, levando-os a serem marginalizados, com base na crença hegemônica de que, como não poderiam falar, não desenvolveriam linguagem. (Fernandes, 2012, p. 20)

PERÍODO HISTÓRICO	REPRESENTAÇÕES	ONDE?
IDADE MODERNA	Girolamo Cardano (1501 - 1576), médico e filósofo, desenvolveu estudos sobre o ouvido e reconheceu a habilidade do surdo para o pensamento e desenvolvimento da aprendizagem.	Itália
	O monge beneditino Pedro Ponce de León (1510 - 1584), organizou a primeira escola para surdos. Como recurso, utilizava a datilografia, escrita e posteriormente constituiu a escola para professores surdos.	Espanha
	Jacob Rodrigues Pereira (1715 - 1780), foi educador de surdos e foi considerado o primeiro professor de surdos. Utilizava o alfabeto manual como método de ensino da fala, porém nunca divulgou seus estudos publicamente.	França
	Samuel Heinicke (1729 - 1790), mais conhecido como o “Pai do método Alemão”. Foi o precursor das bases da filosofia oralista, onde a grandeza era atribuída somente à fala. Em Leipzig, no ano de 1778, fundou a primeira escola de oralismo puro.	Alemanha
IDADE CONTEMPORÂNEA	Abade Charles Michel de L'Epée (1712 - 1789). Denominado o “Pai dos surdos”, ele manteve contato com surdos humildes, carentes e marginalizados, a fim de aprender o processo de comunicação ele inicia os primeiros estudos sobre a língua de sinais. Utilizou a combinação de língua de sinais e a gramática francesa, nomeada: sinais metódicos. L'Epée instituiu a primeira escola pública para surdos: “Instituto para jovens surdos e mudos de Paris”.	França
	Também experimentaram avanços na área da educação, onde várias escolas para surdos foram fundadas, a maioria delas com professores surdos fluentes em língua de sinais. A partir de 1821, as escolas públicas americanas começaram a adotar a American Sign Language (ASL).	Estados Unidos
	Em 1864, a Universidade de Gallaudet foi fundada em Washington, sendo a primeira universidade desse tipo no país, com a língua de sinais como principal meio de comunicação e instrução.	Estados Unidos
	Em 1880, ocorreu o marco histórico na Educação de Surdos: a realização do “Congresso Internacional de Surdo-Mudez”, em Milão - Itália. Foi um momento crucial na história da Educação de Surdos, pois significou a tentativa de eliminar a Língua de Sinais como forma de comunicação e promover o método oral como único meio de instrução para os surdos.	Itália

Os trabalhos realizados pelos demais filósofos, abades, professores e renomados estudiosos no mundo, nos remetem a uma história ainda mais influenciada pela necessidade de realizar a comunicação com o surdo. A educação dos surdos, acolhida por novos métodos na idade contemporânea até

os dias atuais promoveram reflexões e a discussão acerca da posição de destaque que a pessoa surda merece na sociedade, rompendo as tradicionais práticas executadas ao longo da história.

CONTEXTO NACIONAL

A história dos surdos em nosso país começou durante o segundo império, sob o governo de Dom Pedro II. A Educação de Surdos no Brasil tem sido estudada a partir da fundação, no ano de 1856, do Collégio Nacional para Surdos-Mudos de ambos os sexos. A pesquisa documental em período anterior a este marco praticamente inexistente no Brasil. (ROCHA, 2018, p. 18)



PERÍODO HISTÓRICO	REPRESENTAÇÕES	ONDE?
IDADE CONTEMPORÂNEA até os nossos dias	Em consequência de um convite feito por Dom Pedro II em 1855, o conde e educador francês Ernest Huet decidiu se mudar para o Brasil. Sua missão era introduzir uma metodologia já utilizada na França e em grande parte da Europa para a educação de indivíduos surdos.	Rio de Janeiro
	Em 1857, foi criada a primeira escola de surdos no Rio de Janeiro - Brasil, o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos". A criação desta fundação, representa um marco histórico significativo para a comunidade surda brasileira.	Rio de Janeiro
	O escultor surdo, Antônio Pitanga, pernambucano, que em 1932 ganhou dois prêmios, potencializando a arte, uma vez que foi professor do Instituto Nacional de Belas-Artes, na década de 1930, onde lecionou as disciplinas de Desenho e Trabalhos Manuais.	Rio de Janeiro
	Em 1957 por meio da Lei 3.198, de 6 de julho, o "Imperial Instituto dos Surdos-Mudos" passou a se chamar "Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES".	Rio de Janeiro
	Em 1961, o autor surdo brasileiro Jorge Sérgio L. Guimarães lançou o livro "Até onde vai o Surdo", no qual relata suas vivências como pessoa surda por meio de crônicas.	Rio de Janeiro
	Em 1977, foi criada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos), fundada por indivíduos não surdos que se dedicam a questões relacionadas à surdez.	Rio de Janeiro
	Em 1984, foi fundada a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos – CBDS	Belo Horizonte

<p style="text-align: center;">IDADE CONTEMPORÂNEA até os nossos dias</p>	Em 1987, a partir da reestruturação da FENEIDA foi criada a FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos	Rio de Janeiro
	Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização do "Símbolo Internacional de Surdez"	Brasília
	Na década de 90, especificamente em setembro de 1997, foi introduzido pela primeira vez no Brasil o recurso de Closed Caption (possibilidade de exibir legendas na televisão) pela emissora Rede Globo, durante a apresentação do Jornal Nacional.	Rio de Janeiro
	Em 1999, a revista FENEIS, lança em sua capa uma ilustração do desenhista surdo Silas Queirós.	Rio de Janeiro
	Por meio da Lei nº . 10.436/02, de 24 de abril de 2002, reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e posteriormente regulamentada através do Decreto nº . 5.626, de 22 de dezembro de 2005.	Brasília
	Em 2006, iniciou os cursos de graduação em Letras Libras foram iniciados em nove polos de Universidades públicas do Brasil, supervisionados pela Universidade Federal de Santa Catarina. Estes cursos tiveram como objetivo formar professores de Libras e intérpretes/tradutores de Libras.	Santa Catarina
	Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008. Institui o Dia Nacional dos Surdos.	Brasília
	Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras	Brasília
	Com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a formação e a disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes de Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio foi assegurada.	Brasília
	Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.	Brasília
	Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023. Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).	Brasília
Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023. Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. Brasília: Luiz Inácio Lula da Silva, 2023.	Brasília	

1 Fonte: Própria autoral 2024

Relembrar a história dos surdos é novamente percorrer um caminho de incertezas e representações narradas por um mundo ouvinte de impossibilidades. A história nunca deve ser esquecida. Nesse sentido, deve apresentar novos significados e potencializar a constante observação sobre a pessoa surda.

SUGESTÃO DE LEITURA - Deficiência e política pública: reflexões sobre humanos invisíveis. Dalmir Pacheco (2022).



CURIOSIDADE!



Você sabia que, ao longo da história, já foram utilizadas diversas terminologias para se referir às pessoas com deficiência (PCD's).

As Pessoas com Deficiências já foram rotuladas de diversas formas, como **anormais**, **excepcionais**, **portadores de deficiência**, **deficientes**, **especiais**, entre outros. No entanto, o termo atualmente utilizado e aceito é **PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. Por meio da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**).

As diferentes concepções da surdez

As discussões sobre a concepção da surdez têm sido um tema recorrente na sociedade. Debates teóricos acerca da comunicação e diferentes maneiras de perceber a pessoa surda são reconhecidos por diversos autores ao longo da história. Para fins de conhecimento, cito alguns que realizam reflexões sobre essas concepções: Bueno (1998), Alpendre (2008), Gesueli (2006), Rodrigues (2008), Sá (2006), Skliar (1997, 2016) e Souza (2018).

Referindo-se às duas formas de compreender a surdez, apontamos a visão clínico-terapêutica e a visão socioantropológica.

O quadro abaixo organiza algumas informações importantes sobre as representações inseridas ao longo da história da surdez.

VISÃO	
CLÍNICO-TERAPÊUTICA	SOCIOANTROPOLÓGICA
Imposição estritamente ligada à patologia, ao déficit biológico e à surdez do ouvido, resultando em estratégias e recursos educacionais de natureza reparadora e corretiva.	Percebe a pessoa surda como sujeito ativo; considera ela por sua diferença e não na deficiência.
Desvaloriza capacidades e habilidades da pessoa surda e a coloca em uma posição de desvantagem, tratando-a como alguém com uma limitação na comunicação e na interação social.	Valoriza o sujeito com sua identidade cultural e linguística única.
Surdez é vista como uma doença que necessita de cura ou reabilitação, ou seja, uma enfermidade que requer tratamento.	A pessoa surda não precisa de melhoria ou cura.
Considera a pessoa surda anormal; sua história pessoal é esquecida.	Compreende a surdez como uma experiência visual. Respeita sua realidade histórica, política, social e cultural.

2 Fonte: Própria autoral 2024

No entanto, além das concepções apresentadas no quadro acima, José Geraldo Bueno (1998) acrescenta novos elementos para as diferentes concepções da surdez, considerando não só o fator biológico da surdez, mas também, outros fatores determinantes, como: questões econômicas, sociais, de gênero e raça.

Ainda, segundo o autor, eliminar as descrições de raça, classe e gênero da conversa sobre as condições sociais da surdez implica em considerar que essas determinações não têm importância no contexto da surdez. Isso vai de encontro às ideias do multiculturalismo², que defende a valorização da diversidade cultural. No entanto, ao analisarmos a "comunidade de surdos" e os "indivíduos surdos", é fundamental levar em conta esses aspectos, pois influenciam diretamente as experiências e vivências desse grupo. Portanto, é necessário incluir a discussão sobre raça, classe e gênero ao abordar a surdez,

² Entende a cultura não restrita à etnia, nação ou nacionalidade, mas como um lugar de direitos coletivos para a determinação própria de grupos.

a fim de compreender de forma mais completa a complexidade desse tema (Bueno, 1998).

Diante do contexto apresentado, todos os indivíduos têm o direito de participar de forma consciente e responsável da comunidade à qual pertencem, sendo aceitos e respeitados por suas diferentes concepções.

APRENDENDO MAIS!



Bueno, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. Caderno CEDES, Campinas-SP, n.46, p.41-54, 1998.

CARVALHO, M. P. D. **Sucesso e fracasso**

escolar: uma questão de gênero. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 185-193, 2003.

DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2005.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez - concepção e alfabetização: ensino fundamental**. São Paulo: Cortez, 2015.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SKLIAR, C. (Org.) **Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, S. B. de. **A deficiência e as concepções que conformam o campo da educação especial: permanências e rupturas em sua identidade**, 2021. *Revista Educação Especial*, 34, e57/1-22. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X66151>

QUADROS. Ronice Müller de. (org.) **Estudos surdos I**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

FICA A DICA!

Outra questão importante que precisa ser desmistificada. **Deficiente auditivo**, **Surdo-mudo** ou **Pessoa Surda**? Como entender e utilizar corretamente as informações acerca da surdez.



O termo **Deficiente Auditivo - DA** se refere a uma condição médica caracterizada pela limitação de longo prazo da audição, unilateral total ou bilateral parcial ou total, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, a média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz (quinhentos hertz), 1.000 Hz (mil hertz), 2.000 Hz (dois mil hertz) e 3.000 Hz (três mil hertz), de acordo com o Art. 1º, parágrafo 1º da Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023.

O termo **surdo-mudo** é **inadequado**, pois a maioria das pessoas surdas não têm dificuldades com a fala e podem ser oralizadas se assim desejarem, mesmo que sua língua natural seja a Libras. Portanto, dizer que uma pessoa surda também é muda não é correto, pois isso implicaria na impossibilidade de oralizar ou emitir sons vocais, o que nem sempre é verdade.



De acordo com o artigo 2º do Decreto nº 5.626/2005, considera-se **pessoa surda** aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Inclusão e o processo de escolarização do surdo

Nos últimos anos, a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares passou a ser debatida e discutida no cenário educacional brasileiro, seguindo os movimentos globais e as diretrizes apresentadas em documentos como a Declaração de Salamanca, de 1994, que preconiza a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns. Apesar de a Constituição Federal de 1988 já mencionar a importância da educação inclusiva no Art. 208, inciso III, foi somente na década de 90 que essa prática ganhou força e se tornou efetiva, impulsionada pelo aumento de políticas públicas educacionais pautadas na inclusão.

A educação escolar nas instituições de ensino comum está fundamentada na ideia de que a diferença humana não deve ser vista como desigualdade. Com esse movimento, busca-se combater processos excludentes e promover ações participativas que valorizem as potencialidades de cada indivíduo e contribuam para o desenvolvimento humano.

A fim de compreender os elementos constituídos até aqui, cabe inserir neste ponto a inclusão como processo em que a sociedade passa a incluir o indivíduo em todos os espaços.

Sobre esse assunto, Bartalotti (2006) afirma:

O movimento de inclusão social, na verdade, é uma proposta de mudança de lugar social – tirar (ou “desincluir”) alguém de um espaço e incluí-lo em outro. Isso pode desestruturar tanto o lugar de onde se tira como o lugar no qual se coloca. É um processo que envolve um rearranjo, em última instância, das relações entre as pessoas. É preciso, então, pensar a inclusão utilizando também outros parâmetros, que auxiliem a compreender as particularidades desse processo. Inclusão social é um conceito bastante abrangente, que sempre envolve a interação entre sujeitos que partilham determinada situação. (Bartalotti, 2006, p. 5)

Ainda nesse âmbito, Bartalotti (2006) reflete:

Falar em inclusão social implica falar em democratização dos espaços sociais, em crenças na diversidade como valor, na sociedade para todos. Incluir não é apenas colocar junto, e, principalmente, não é negar a diferença, mas respeitá-la como constitutiva do humano. O valor – positivo ou negativo – que se atribui à diferença é algo construído nas relações humanas. O vetor da exclusão/inclusão não está, portanto, na diferença em si, mas no valor a ela atribuído. (Bartalotti, 2006, p. 16)

A inclusão escolar implica em reconhecer e valorizar a diversidade de habilidades, conhecimentos e experiências de cada aluno, proporcionando um ambiente educacional que promova a equidade e a igualdade de oportunidades para todos.

DICAS DE LEITURA!



Documentos que dialogam com a inclusão:

✓ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948;

✓ Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990);

✓ Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (O texto da convenção foi aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de dezembro de 2006 e promulgado pelo Brasil em 25 de agosto de 2009)

✓ Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008);

✓ Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

VOCÊ SABIA?

As pessoas surdas possuem um percurso histórico educacional único e ao longo dessa trajetória, três diferentes abordagens surgiram: o **Oralismo**, a **Comunicação Total** e o **Bilinguismo**. É importante destacar que as três abordagens não se sucedem em ordem cronológica ou evolutiva, mas sim foram propostas, em sua maioria, ao mesmo tempo e continuam coexistindo até os dias de hoje. A chegada dessas abordagens surgiu conforme os estudos sobre a surdez avançavam e a percepção sobre os surdos se transformavam.

ORALISMO

Parte da ideia de que os surdos, sendo capazes de falar, uma vez que não eram mudos, poderiam se comunicar através da leitura labial, dispensando o uso de linguagem gestual. Nesta concepção são empregados três componentes: aperfeiçoamento da audição, leitura dos lábios e aprimoramento da capacidade de fala. Além disso, era adotado o uso de próteses auditivas personalizadas, as quais potencializavam os sons visando explorar ao máximo a capacidade residual auditiva do surdo, facilitando assim sua comunicação oral.



COMUNICAÇÃO TOTAL

Engloba uma variedade de recursos e técnicas para estimular a audição, incluindo adaptações de aparelhos auditivos, leitura labial, organização, leitura e escrita. Todas as possibilidades para fazer a pessoa surda comunicar-se eram permitidas. Outro detalhe importante relativo à comunicação total, era a de que ela estava preocupada com a comunicação entre pessoas surdas, surdas e ouvintes, bem como com a aprendizagem da língua oral. Essa filosofia também apoiava o uso de recursos espaço viso-manuais.



BILINGUISMO

Surgiu com base nas demandas dos surdos, permitindo o acesso a duas línguas em um mesmo contexto: a língua de sinais e a língua portuguesa. Assim, a educação bilíngue destaca a importância do indivíduo surdo em sua singularidade linguística e cultural. Enxerga além da sua condição auditiva, reconhecendo que a ausência de audição é o que possibilita uma experiência visual única e demanda métodos de ensino diferentes.

Nesse sentido, o domínio da língua, em toda sua complexidade, é importante para estabelecer um processo pedagógico eficaz para que haja uma inclusão efetiva. No entanto, muitas vezes, as principais dificuldades nesse processo estão relacionadas à falta de conhecimento acerca das especificidades dos surdos, bem como aos agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Letramento na educação da pessoa surda



escolares, currículos, livros didáticos, estruturas bibliotecas e museus. É necessário, portanto, adotar novas perspectivas, desenvolver novas maneiras de enxergar, compreender e dar significado à história e identidade da pessoa surda.

O letramento vai muito além da simples alfabetização. É quando o indivíduo não apenas domina a utilização do código, mas também é capaz de elevar seu nível de aprendizagem para uma nova dimensão. Nesse sentido, o letramento na educação dos surdos requer reflexões para a prática pedagógica.

Sueli Fernandes (2006) apresenta trabalhos nesse sentido e proporciona, ainda, discussões e reflexões acerca do sujeito surdo na perspectiva do ensino bilíngue. Ela acredita que esse sujeito é capaz de interpretar o mundo e a sociedade como espaços sociais e históricos, a partir de suas próprias conexões com esse ambiente.

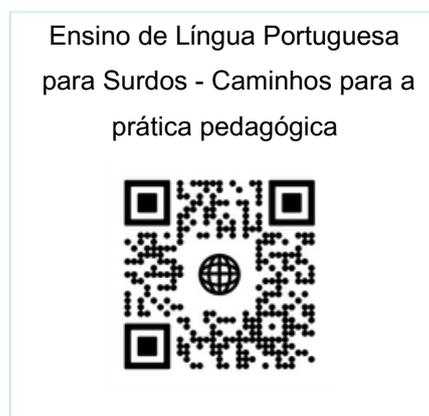
Nesse sentido, a autora enfatiza que a implementação da educação bilíngue para surdos ainda é um desafio no sistema educacional brasileiro, uma

vez que requer uma mudança radical nas concepções e práticas predominantes na escola. (Fernandes, 2006).

Por fim, Fernandes (2006) traz a reflexão:

A defesa da educação bilíngüe como situação lingüística que demarca o território em que as práticas de letramentos envolvendo libras e português se situam não figura aqui como nova invenção metodológica para colonizar os surdos, levando-os a abdicar de sua língua de referência, à medida que se aproximam da língua majoritária. (Fernandes, 2006, p. 18)

Materiais de apoio para professores com alunos surdos!



Cultura e Identidade surda

A cultura surda é caracterizada por uma complexidade que está intrinsecamente ligada à identidade daqueles que a integram. Essa identidade é formada a partir das escolhas sociais e políticas feitas pelo grupo surdo, destacando a importância da cultura surda na formação de suas comunidades e indivíduos (Moura, 2000).

A cultura surda se distingue das demais por sua forma única de expressão e interação, que reflete a identidade e a experiência compartilhada por seus membros.

A cultura surda permite fazer emergir a identidade; permite vincular valores para se construir, ou seja, adquirir língua de sinais; permite identificar os valores surdos. A importância da identificação é que ela nos faz entender as diversas posições assumidas pelo sujeito para se identificar aos outros para valorizar o seu ser. (Reis, 2007, p. 91)



A identidade surda sempre está em constante proximidade e interdependência com outros indivíduos surdos. O sujeito surdo, em suas diversas identidades, sempre se encontra em situações onde a presença do outro surdo é fundamental e imprescindível. Nesse sentido, Perlin (2016) reforça que o encontro surdo-surdo é essencial para a construção da identidade surda, é como abrir um baú que guarda os adornos que faltam ao personagem. A autora aponta outras categorias de identidades surdas identificadas nos sujeitos surdos. Ela também cita algumas para mostrar as diferentes facetas, que podem ser classificadas como:

1

Identities surdas: estão presentes no grupo pelo qual entram os surdos que fazem uso com experiência visual propriamente dita e, por consequência disso, se desenvolvem utilizando língua de sinais;

2

Identities surdas híbridas: são os surdos que nasceram ouvintes, e que, com o tempo, se tornaram surdos. Nascer ouvinte e posteriormente ser surdo é ter sempre presente duas línguas, mas a sua identidade vai ao encontro das identities surdas;

3

Identities surdas de transição: estão presentes na situação dos surdos que foram mantidos sob o cativeiro da hegemônica experiência ouvinte que passam para a comunidade surda. No momento em que esses surdos conseguem contato com a comunidade surda, a situação muda e eles passam pela “desouvintização” da representação da identidade;

4

Identities surda incompleta: é o nome dado pela autora à identidade surda representada por aqueles surdos que vivem sob uma ideologia ouvintista latente, que trabalha para socializar os surdos de maneira compatível com a cultura dominante;

5

Identities surdas flutuantes: elas estão presentes onde os surdos vivem e se manifestam a partir da hegemonia dos ouvintes. Desprezam a cultura surda, não têm compromisso com a comunidade surda;

A identidade da pessoa surda é desenvolvida por meio da experiência visual e das interações com outros surdos, formando, assim, um ambiente propício para a comunicação e a interação linguística. Ao fazer isso, estaremos respeitando a pessoa surda em sua totalidade, reconhecendo a importância da língua de sinais como parte fundamental de sua identidade. Aceitando sua cultura, estaremos contribuindo para o reconhecimento político dos surdos e defendendo seu direito à educação de qualidade e à inclusão social.

Libras - Comunicação para além dos sinais

A comunicação dos surdos é um tema de extrema relevância e que deve ser constantemente discutido, especialmente no âmbito escolar, devido à sua importância no processo de inclusão. Nesse sentido, Libras é **GESTO OU MÍMICA?**

Gesser (2009) responde a essa pergunta, quando afirma: **Libras é uma língua!**



O que vemos é que o discurso aparentemente “gasto” faz-se necessário, precisando ser repetido inúmeras vezes para que a constituição social dessa língua minoritária ocorra, ou seja, para chegarmos à legitimação e ao reconhecimento, por parte da sociedade como um todo, de que a língua de sinais **É** uma língua. (Gesser, 2009, p.9)

Por sua vez, a língua de sinais possui uma história linguística única e é fundamental para a vida espiritual e social da comunidade surda. É impossível

imaginar a sua existência sem essa forma de comunicação. Partindo desse pressuposto, no Brasil, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida oficialmente pela Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002, como meio de comunicação da comunidade surda em todo o país.

Dentro desse contexto, a Libras é fundamental para garantir a inclusão social dos surdos, pois é somente por meio dela que os surdos podem se expressar em sua língua natural e ter o direito de serem quem são. Através dela, os surdos podem exercer sua identidade e se comunicar de maneira eficaz no meio social.

A LÍNGUA DE SINAIS É UNIVERSAL?

NÃO!



De acordo com sua nacionalidade, cada país utiliza sua língua de sinais. Respondendo à pergunta, Gesser (2009) explica essa ideia ao explicar que cada país possui sua própria língua de sinais:

Em qualquer lugar em que haja surdos interagindo, haverá línguas de sinais. Podemos dizer que o que é **universal** é o impulso dos indivíduos para a comunicação e, no caso dos surdos, esse impulso é **sinalizado**. A língua dos surdos não pode ser considerada universal, dado que não funciona como um "decalque" ou "rótulo" que possa ser colado e utilizado por todos os surdos de todas as sociedades de maneira uniforme e sem influências de uso. (Gesser, 2009, p. 12)

Por fim, não existe uma língua de sinais universal, pois cada comunidade surda possui sua própria língua de sinais. Portanto, não é apropriado falar em uma única língua de sinais universal

Exemplo de Língua de sinais pelo mundo



Língua Brasileira de Sinais
(Libras)



Língua de Sinais Americana (ASL)
American Sign Language



Língua de Sinais Britânica (BSL)
British Sign Language



Língua de Sinais Francesa (LSF)
French Sign Language

Tradutor?

Intérprete?

Guia-intérprete?

Tem resposta certa para essas questões?

Sim!



O que devemos entender é que cada profissão tem as suas particularidades.

A **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023** regulamenta o exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-

intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Sendo assim:

Art. 1 § 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se: I – **tradutor e intérprete**: o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem; II – **guia-intérprete**: o profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas. § 2º A atividade profissional de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras – Língua Portuguesa é realizada em qualquer área ou situação em que pessoas surdas ou surdocegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.” (Brasil, 2023).

ORIENTAÇÕES AO PROFESSOR OUVINTE

Sua participação é fundamental como um apoio para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. Você desempenha um papel essencial na adaptação e implementação de estratégias educacionais que atendam às necessidades específicas desse aluno, promovendo sua inclusão e garantindo seu pleno desenvolvimento acadêmico.



Por meio da adaptação curricular é possível a garantia de ensino, que assegura adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais da pessoa com deficiência, para exercer o desempenho de suas atividades acadêmicas em igualdade de

condições e oportunidades com as demais pessoas. Essas adaptações curriculares ocorrem por meio da oferta de apoio necessário, que garantem condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem (Brasil, 2015).

Criar um ambiente de aprendizagem acessível, utilizar recursos visuais e gestuais, facilitar a comunicação e promover a interação entre os alunos surdos e ouvintes também é papel do professor. Seu apoio é essencial para que o aluno surdo possa adquirir conhecimento, desenvolver suas habilidades e alcançar seu máximo potencial na escola.

Um aluno surdo em sala de aula pode inicialmente apresentar desafios e dúvidas para o professor ouvinte. Isso pode estar relacionado à falta de compreensão do professor sobre o processo de aprendizagem do aluno surdo, que é principalmente visual, ao contrário do aluno ouvinte. **Por isso, não desista!**

O processo de inclusão educacional do aluno surdo em uma escola regular requer cuidados especiais e planejamento adequado. Profissionais qualificados são essenciais para garantir um atendimento apropriado. Além disso, é importante lembrar que, no caso do aluno surdo, o acompanhamento pedagógico deve ser complementado por estratégias de comunicação eficazes.

Confira abaixo algumas orientações e dicas importantes para nortear seu trabalho em sala de aula:

- ✓ Forme uma equipe multidisciplinar que compreenda as necessidades específicas desses alunos. É fundamental ter o intérprete de Libras para facilitar e mediar a comunicação entre o aluno surdo e os demais membros da equipe;
- ✓ Identifique primeiramente as barreiras que podem estar presentes no trabalho com o aluno surdo;
- ✓ O papel de ensinar o aluno surdo é do professor. Nesse sentido, dialogue com o intérprete de Libras para realizar as intervenções necessárias no sentido de potencializar o processo educacional desse aluno; É fundamental que haja uma parceria entre o professor e o intérprete, especialmente durante o planejamento das aulas. O intérprete pode contribuir com ideias que ajudem na construção do planejamento das aulas e na elaboração de avaliações, garantindo que o conteúdo seja acessível para todos os alunos;
- ✓ Sempre procure posicionar-se de frente para o aluno surdo; Todos os alunos, independentemente de sua condição auditiva, têm o direito de ter acesso igualitário ao conteúdo em sala de aula;
- ✓ Busque conhecer o aluno: procure entender suas experiências pessoais. Isso pode auxiliar suas ações em sala de aula com a escolha de exemplos e estratégias visuais adequadas para cada situação;
- ✓ Na tentativa de atrair a atenção do aluno surdo, é recomendável usar estímulos visuais, como tocar de leve em seu braço ou chamar sua atenção visualmente, sem puxá-lo ou tocá-lo de forma brusca;
- ✓ Disponibilize previamente material de apoio, como apostilas, resumos, indicações de **sites**, livros e vídeos tanto para o aluno surdo, quanto para o intérprete;

✓

✓



Realize atividades cooperativas em duplas ou grupos e também por meio de projetos, com o objetivo de promover a interação entre indivíduos surdos e ouvintes;



As atividades e as avaliações devem ser realizadas em Libras, permitindo que o aluno responda em sua língua. O modelo de prova oral é essencial para avaliar o sujeito surdo de forma autônoma e equitativa, garantindo



igualdade no processo educacional;

Encontre uma posição na sala de aula que permita ao aluno surdo estar



mais próximo de você, a fim de facilitar a tradução e interpretação;



Caso tenha dificuldades em compreender o que a pessoa surda está



falando, seja honesto e diga que não entendeu;

Busque não interromper o trabalho do intérprete, evitando passar na frente do aluno e do intérprete durante a tradução;

É importante que o professor ouvinte entenda que termos que não fazem parte do vocabulário do aluno surdo podem dificultar a compreensão. O

surdo utiliza a Libras como sua primeira língua, por isso é essencial

adaptar a comunicação para garantir a compreensão adequada;

Além disso, é fundamental ter em mente que a linguagem utilizada nos materiais didáticos pode não ser acessível para todos os alunos surdos,



por isso é importante adaptar o conteúdo de acordo com as necessidades

de cada aluno. É essencial também proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor, onde os estudantes surdos se sintam confortáveis para participar ativamente das atividades escolares.

Em resumo, a comunicação eficaz e a adaptação do conteúdo são essenciais para garantir o sucesso dos alunos surdos no processo de aprendizagem.

APRENDENDO MAIS!



garantir a inclusão e a acessibilidade das pessoas surdas no mundo digital.

Atualmente, a tecnologia proporciona opções acessíveis para facilitar a comunicação de pessoas surdas. No Brasil, existem diversas ferramentas disponíveis, **Software Vlibras**, **WIKLIBRAS**, **Hand Talk**, **ProDeaf**, o conversor de texto **Rvbená** online e **TLIBRAS**. Essas plataformas e aplicativos são fundamentais para



Tenho um aluno surdo, e agora?
Introdução à Libras e Educação de Surdos. Autoras: Cristina Broglia F. de Lacerda e Lara Ferreira dos

Mesmo com os progressos sociais e educacionais destinados às pessoas surdas, é preciso sempre reconsiderar a inclusão escolar de forma abrangente, garantindo que os alunos tenham acesso à Libras. Esse processo promove a autonomia na execução das tarefas relacionadas ao seu desenvolvimento e a compreensão de melhores estratégias para aprender.

A escola desempenha um papel fundamental na sociedade, sendo reconhecida pela comunidade como detentora de um importante valor cultural.

Professores, intérpretes, gestores e alunos devem valorizar a inclusão de estudantes surdos no ambiente escolar inclusivo. Nesse espaço diversificado, os conhecimentos são compartilhados, enriquecendo experiências e promovendo o amadurecimento de ideias, resultando em indivíduos mais produtivos. Compreendendo e respeitando as diferentes formas de expressão e reação de cada pessoa, a escola se configura como um ambiente heterogêneo.

A inclusão não se resume apenas a colocar o aluno surdo na escola, mas, sim, a considerar a diversidade e entender as particularidades de cada estudante, tanto surdos, quanto não surdos. Todos têm direito a uma educação e formação cidadã de qualidade.

Essa é uma diretriz que indica que a escola e o professor devem agir de forma democrática, proporcionando oportunidades de aprendizagem para todos. Portanto, a escola deve se preparar para desenvolver novas metodologias e enfrentar desafios, pois, somente com a democratização da educação, a sociedade consegue cumprir as exigências legais para garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Segundo Mantoan (2011), a inclusão escolar é um convite para repensarmos nossas práticas e promovermos um ambiente mais igualitário e acolhedor para todos. É uma oportunidade de transformação e de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É necessário que estejamos atentos e dispostos a mudar para que possamos navegar em águas mais calmas e promover um futuro melhor para todos.

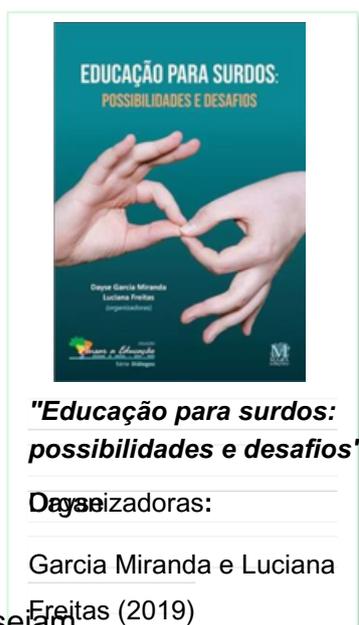
Fica aqui o chamado constante para o compromisso com a inclusão e o repensar pedagógico.

“Ser surdo não é nem melhor nem pior do que ser ouvinte, é apenas uma experiência diferente”. (Skliar, 2016)

Diante dessa diferença, a educação inclusiva deve estar pautada na ideia de oferecer um ensino que seja acessível a todos, sem discriminação ligada às necessidades individuais de cada estudante.

A legislação brasileira tem buscado promover e incentivar o respeito às diferenças e à tolerância, tornando os espaços inclusivos e não apenas permitindo o acesso e permanência, mas também acolhendo as pessoas e fazendo-as se sentirem parte de determinados grupos ou espaços sociais. É um esforço para desenvolver nos indivíduos o sentimento de pertencimento, a confiança de que serão tratados de forma igualitária e a crença na igualdade em todos os aspectos físicos e intelectuais.

Para além da presença de um intérprete, desenvolver atividades práticas que envolvem dinâmicas de interação relacionadas ao conteúdo são uma forma de auxiliar o aluno surdo no seu processo de ensino e aprendizagem.



Por fim, para garantir uma comunicação eficaz para as pessoas surdas, é fundamental adotar diferentes formas de comunicação que permitam a interação entre surdos e ouvintes de forma eficiente. Devido à surdez, é essencial utilizar canais alternativos, como a visão, o tato e o movimento. Apesar das limitações auditivas, as pessoas surdas possuem o mesmo potencial de desenvolvimento que as pessoas ouvintes, desde que suas necessidades específicas sejam atendidas. Professores e familiares devem trabalhar juntos para encontrar estratégias adequadas para cada aluno, a fim de promover seu desenvolvimento máximo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus, BA: Editus, 2015.
- ALPENDRE, Elizabeth Vidolin. **Concepções sobre a surdez e linguagem e o aprendizado em leitura.** Curitiba: PDE, 2008.
- BAPTISTA, Claudio R. **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** 2º ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.
- BARTALOTTI, C.C. **Inclusão social das pessoas com deficiência: utopia ou possibilidades?** 3º ed. São Paulo: Paulus, 2012.
- BRASIL. **Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Paulo Renato Souza, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Fernando Haddad, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.. Brasília: 2010.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Brasília: Dilma Rousseff, 2015.
- BRASIL. **Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Milton Ribeiro, 2021.
- BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023.** Altera a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, para dispor sobre o exercício profissional e as condições de trabalho do profissional tradutor, intérprete e guia-intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília: 2023.
- BRASIL. **Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023.** Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva. Brasília: Luiz Inácio Lula da Silva, 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura**. Caderno CEDES, Campinas-SP, n.46, p.41-54, 1998.

CARVALHO, M. P. D. **Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero**. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 185-193, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 6ª. ed. Porto Alegre: Mediação, p. 73, 2014.

DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo**. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis, 2005.

DECLARAÇÃO MUNDIAL **sobre educação para todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Unesco, 1998. Jomtien, 1990.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

DORZIAT, A. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista do Centro de Educação, v. 24, p. 1-7, 2004.

FERNANDES, Sueli. **Surdez e linguagens: é possível o diálogo entre as diferenças?** Curitiba, 1998, Dissertação (Mestrado em Lingüística), Universidade Federal do Paraná.

identidades, Sueli. **Educação bilíngüe para surdos: diferenças, contradições e mistérios**. Curitiba, 2003, Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal do Paraná.

_____, Sueli. **Letramentos na educação bilíngüe para surdos**. In: Letramento. Referenciais em saúde e educação. São Paulo: Plexos, 2006.

_____, Sueli. **Educação de surdos**. Editora InterSaberes, Curitiba 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola, 2009.

GESUELLI, Zilda Maria. **Lingua(gem) e identidade: a surdez em questão**. Educ. Soc., (janeiro – abril), v. 27, n. 94, p. 277-292. São Paulo, Campinas:

UNICAMP, 2006. Disponível
<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a14v27n94.pdf> Acesso em: 22 de fev. de 2024.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2ª edição. São Paulo: Plexus editora; 2002.

KEZIO, Gérison Fernandes Lopes. **Oralismo, comunicação total e bilinguismo: propostas educacionais e o processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita de surdos.** Ceará, 2016. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53115/1/2016_art_gflkesio2.pdf. Acesso em 22 fev. 2024.

LACERDA, C. B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cadernos CEDES v.19 n.46. Campinas: 1998.

_____, C. B. F. **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: O QUE DIZEM ALUNOS, PROFESSORES E INTÉRPRETES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 fev. 2024.

_____, C. B. F. SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo: e agora?** Introdução a Libras e educação de surdos. São Carlos: EdUFScar, 2018.

_____, C. B.F. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2017.

LUCHESE, Anderson. **Formação docente para atuação com estudantes surdos.** 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ, Chapecó, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, SP. 2003

_____, Maria Teresa Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas.** 4^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOURA, Maria Cecília. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade.** Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

PERLIN, Gladis, T. T.; STROBEL, Karin. **História cultural dos surdos: desafio contemporâneo.** Educar em Revista, n. SPE-2, p. 17-31, 2014. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602014000600003&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de nov. 2023.

QUADROS, Ronice M. (org.). **Estudos surdos I.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos.** São Paulo: Paulinas, 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, M. P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SKLIAR, C. (Org.) **Educação & Exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

_____, C. (Org.) **Atualidade da educação bilíngue para surdos**: processos e projetos pedagógicos. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 7-14.

_____, C. (Org.) **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação. 2016.

STROBEL, Karin Lilian, QUADROS, Ronice M. PERLIN, Gladis (orgs.). Estudos Surdos II. In. **História dos surdos: representações “mascaradas” das identidades surdas**. Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007.

_____, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: UFSC. 2008a.

_____, Karin Lilian. **Surdos**: vestígios não registrados na história. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: UFSC. 2008b.

_____, Karin Lilian. **História da educação de Surdos**. 2009. 49 f. Disciplina do Curso de Letras-Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: https://libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 29 jan. 2024.

STUART, Hall; SILVA, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Hatheyn. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.